CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE 255-20-44 - CEP 01045-903

PROCESSO CEE N°: 1195/91

INTERESSADA : Prefeitura Municipal de Indaiatuba e Fundação Indaiatubana de Educação e Cultura

ASSUNTO : Autorização para Funcionamento do Curso de 2º Grau com Habilitação Profissional Plena de Administração, bem como aprovação do novo Regimento Escolar - Colégio Técnico de Indaiatuba.

RELATOR : CONSº FRANCISCO APARECIDO CORDÃO

PARECER CEE N° 1065/92 - CESG - APROVADO EM 02/09/92

CONSELHO PLENO

1 - HISTÓRICO

1. A Prefeitura Municipal de Indaiatuba e F.I.E.C. - Fundação Indaiatubana de Educação e Cultura, com sede a rua Alberto Santos Dumont, 1195, em Indaiatuba/SP, por seus representantes legais e juntando a documentação exigida, requer deste Colegiado, nos termos da Deliberação CEE n° 26/86, alterada pela Deliberação CEE n° 11/87 e Resolução SE n° 72/88, autorização para funcionamento do Curso de 2º Grau com Habilitação Profissional Plena de Técnico em Administração, com convalidação dos atos praticados Pelos alunos, em 1992, quando funcionou sem estar autorizado, a aprovação do novo Regimento Escolar, bem como a suspensão temporária da Habilitação Plena do Curso Técnico em Secretariado.

2. A Escola funciona com os cursos de 2º grau - Habilitação Profissional Plena de Mecânica, Enfermagem, Eletro-Eletrônica, Processamento de Dados, Química, Secretariado (até 1991) e Segurança do Trabalho, aprovados pelos Pareceres CEE n° 676/86 e n° 771/90.

3. O pedido de autorização da Habilitação Plena de Técnico em Administração teve início em 03/05/91. O Processo foi devolvido à F.I.E.C., pela 3ª Delegacia de Ensino para correções. No final desse mês o

PROCESSO CEE Nº 1195/91

PARECER CEE Nº 1865/92

processo foi encaminhado novamente à referida Delegacia de Ensino que, após análise devolveu-o novamente ao interessado para correções e devolução até 31/07/91. Em 06/08/91 reiterou o pedido de nova remessa àquela D.E., uma vez que o prazo estava esgotado.

4. Em 17/10/91 a escola enviou o expediente e em 13/11/91 o mesmo foi novamente devolvido para denominação correta do curso em tela e também para mudança na redação da justificativa e no cronograma da implantação do mesmo.

5. Em 29/11/91, após cobrança da remessa pelo Supervisor de Ensino, o expediente foi enviado à 3ª DE de Campinas, ainda necessitando de correções na Grade Curricular e, em 04/12/91 foi devolvido à escola com solicitação de envio urgente do processo Para homologação do Calendário Escolar e da Grade Curricular, uma vez que o mesmo seria encaminhado ao Conselho Estadual de Educação para aprovação em tempo hábil, antes do início de 1992.

6. Em 13/05/92 a escola protocolou na 3ª DE de Campinas, ofício no qual solicitava convalidação dos atos escolares praticados no presente ano letivo e, em 26/05/92, a supervisão solicitou juntada de documentos que instruísem o processo de convalidação dos atos escolares praticados pelos alunos na Habilitação Plena de Técnico em Administração e, em 10/06/92, o processo retornou àquela Delegacia de Ensino com a documentação que lhe fora solicitada.

PROCESSO CEE Nº 1195/93

PARECER CEE Nº 1065/92

7. Em seu Parecer conclusivo, de 19/06/92, a Supervisão de Ensino, alegando que as séries iniciais do Técnico em Secretariado têm grade curricular idêntica ao do Técnico de Administração, manifesta-se favorável à solicitação da Convalidação de Atos Escolares praticados pelos alunos no ano letivo de 1992 e que aguarda Autorização de Funcionamento conforme processo Protocolado no Conselho Estadual de Educação.

8. O Sr. Presidente da F.I.E.C. - Fundação Indaiatubana de Educação e Cultura, declarou que os cursos profissionalizantes a nível de 2º grau são oferecidos gratuitamente, desde a implantação dos primeiros cursos, contando com a subvenção da Prefeitura Municipal de Indaiatuba.

9. A Comissão de Supervisores designada para vistoria do prédio e análise do pedido feito pela F.I.E.C, em suas considerações gerais deixou registrado que estavam sendo construídas seis salas de aulas que deveriam ficar prontas para o início do ano letivo de 1992, e que o material didático e equipamentos encontravam-se em Plena condição de uso e suficientes para o desenvolvimento do curso. Declarou, ainda, que a Comissão nada tinha a opor quanto a autorização do Curso de 2º Grau com Habilitação Plena e Parcial de Técnico em Administração e a aprovação do novo Regimento Escolar.

10. Em seu relatório, a Comissão ainda deixou registrado que o "Curso de Administração funcionará nas mesmas dependências do Curso de Secretariado já existente e os alunos frequentarão as mesmas salas de aulas. O corpo docente será o mesmo do Curso de Secretariado, pois este Já sofreu alterações em sua grade curricular em 1991 no

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 1195/91

PARECER CEE Nº 1065/92

sentido de oferecer uma grade idêntica ao Curso de Administração. Os equipamentos e o material didático serão os mesmos utilizados no Curso de Secretariado e estão relacionados no processo."

11. A Senhora Delegada de Ensino da 3ª D.E./Campinas ratifica o Parecer da Comissão de Supervisores com proposta de encaminhamento a este Conselho Estadual para que o referido curso seja autorizado e homologado.

12. Analisamos o Regimento Escolar e Plano de Curso da Habilitação Plena e Parcial de Técnico em Administração em 08/04/92, baixando o Protocolado em diligência para que o interessado demonstrasse:

a) o cumprimento, Pela Prefeitura Municipal de Indaiatuba, do disposto nos artigos 212 da Constituição Federal e 240 da Constituição Estadual;

b) o cumprimento do item "e" e da conclusão do Parecer CEE nº 771/90.

13. Atendendo ao solicitado o Senhor Prefeito Municipal de Indaiatuba declarou que:

a) o Município de Indaiatuba continua investindo no ensino de 1º grau e vem atendendo à demanda escolar relativa às escolas de 1º grau, justificando portanto a Proposta de funcionamento do Curso de 2º Grau com Habilitação Plena de Técnico em Administração, no Colégio Técnico de Indaiatuba da F.I.E.C.

PROCESSO CEE Nº 1195/91

PARECER CEE Nº 1065/92

b) A Prefeitura Municipal de Indaiatuba tem aplicado rigorosamente 25% de sua Receita Tributária no Ensino de 1º Grau, conforme Demonstrativos de Recursos Aplicados na Educação - anos 1990 e 1991, bem como a subvenção à F.I.E.C. onde o ensino é público e está sendo desenvolvido de forma totalmente gratuita. Anexa aos autos o demonstrativo de Recursos Aplicados à Educação nos termos da Constituição Federal e Estadual, do exercício de 1990 e 1991.

2 - APRECIÇÃO

1. Tratam os autos de pedido de autorização de funcionamento da Habilitação Plena e Parcial de 2º Grau-Técnico em Administração, no Colégio Técnico de Indaiatuba - Fundação Indaiatubana de Educação e Cultura, homologação dos atos escolares praticados pelos alunos em 1992, aprovação do novo Regimento Escolar e suspensão temporária do Curso Técnico em Secretariado.

2. O Colégio Técnico de Indaiatuba já mantém as Habilitações Profissionais Plenas de Técnico de Mecânica, Enfermagem, Eletro-Eletrônica, Processamento de Dados, Química, Secretariado (solicitando, neste ato, suspensão temporária) e Segurança do Trabalho, aprovadas pelos Pareceres CEE n^{os} 676/86 e 771/90.

3. O Prédio escolar está sendo ampliado para o atendimento da clientela das diversas habilitações de 2º grau, uma vez que foi extinto o Curso de 1º Grau, cuja clientela está sendo atendida pela rede municipal de escolas de 1º grau da Prefeitura local.

PROCESSO CEE Nº 1195/91

PARECER CEE Nº 1065/92

4. A Comissão de Supervisores que vistoriou as dependências do prédio escolar, o novo Regimento Escolar e o Plano de Curso, manifestou-se favorável à autorização de instalação da habilitação profissional pretendida. A Senhora Delegada de Ensino da 3ª D.E./Campinas ratificou o Parecer dessa Comissão.

5. Também a diligência deste Conselho, de 08/04/92 foi prontamente atendida pelo Senhor Prefeito Municipal de Indaiatuba.

6. Nos termos da Deliberação CEE nº 35/88 a F.I.E.C. está propondo, além da instituição da Habilitação Profissional Plena de Técnico de Administração, também a Habilitação Parcial, como já o fez com o Técnico em Secretariado.

7. O Plano de Curso apresentado especifica às fls. 101 que a Parte Comum visa a aquisição de uma base comum de conhecimento que integre o aluno na cultura do seu tempo e em sua Própria sociedade. A Parte Diversificada visa complementar a educação integral do aluno, voltando-se Para sua formação integral, para a preparação para o trabalho, esta sob a forma de qualificação profissional. Os objetivos visam ao desenvolvimento de habilidades, hábitos e atitudes para o trabalho e aquisição de conhecimentos para o exercício da futura Profissão.

8. O atraso no recebimento, por este Conselho, do pedido em tela, deve-se pelo vai e vem do processo, onde as alterações foram feitas por etapas. Este processo tramitou de 03.05.91 a 16.06.92, o que veio a ocasionar a instalação da referida habilitação plena sem a

PROCESSO CEE Nº 1195/91

PARECER CEE Nº 1065/92

devida autorização, o que, apesar do atraso, não vem justificar a irregularidade cometida pelo estabelecimento de ensino.

9. Consta do processo a assinatura dos alunos do Curso Técnico em Secretariado concordando com a alteração feita pela Fundação Indaiatubana de Educação e Cultura com relação à transformação desse curso em Curso de Técnico em Administração.

10. Por se tratar apenas de uma alteração de Habilitação Profissional, em estabelecimento de ensino já existente, e considerando que a Prefeitura Municipal de Indaiatuba, no presente processo, demonstrou dar cumprimento aos itens "b", "c" e "d" do artigo 2º da Deliberação CEE nº 05/92, entendemos Poder aprovar o solicitado, deixando a determinação do item "a" do artigo 2º da referida Deliberação para ser cumprida até 31.12.92.

3 - CONCLUSÃO

1. Autorizam-se a instalação e o funcionamento da Habilitação Profissional Plena de 2º Grau - Técnico em Administração, a partir de 1992, no Colégio Técnico de Indaiatuba da F.I.E.C.

2. Convalidam-se os atos escolares praticados Pelos alunos das 1^{as} e 2^{as} séries da Habilitação Profissional Plena de Técnico em Administração, matriculados em 1992.

PROCESSO CEE Nº 1195/91

PARECER CEE Nº 1065/92

3. Aprova-se a alteração do Regimento Escolar do Colégio Técnico de Indaiatuba, Fundação Indaiatubana de Educação e Cultura, 3ª Delegacia de Ensino de Campinas, Divisão Regional de Ensino de Campinas.

4. Autoriza-se a suspensão temporária, até o prazo máximo de dois anos, da Habilitação Profissional Plena de Técnico em Secretariado, já aprovada por este Conselho Estadual de Educação.

5. Deve a Prefeitura Municipal de Indaiatuba até 31.12.92 encaminhar ao Conselho Estadual de Educação dados referentes ao cumprimento do item "a" do artigo 2º da Deliberação CEE nº 05/92, de 12.06.1992.

São Paulo, CESG, em 29 de julho de 1992.

a) Cons^o Francisco Aparecido Cordão
Relator

4 - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DE ENSINO DE SEGUNDO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros : Francisco Aparecido Cordão, José Mário Pires Azanha, Maria Bacchetto, Nacim Walter Chieco e Yugo Okida.

Sala da Câmara do Ensino do Segundo Grau, em 29 de julho de 1992.

a) Cons^o Yugo Okida
Presidente da CESG

PROCESSO CEE Nº 1195/91

PARECER CEE Nº 1065/92

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova por unanimidade a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasciuale", em 02 de setembro de 1992.

a) José Mário Pires Azanha
Presidente